



ADVOGADO

NOME DO CANDIDATO

INSCRIÇÃO

Nível

SUPERIOR

Turno

MANHÃ

PROVA

01

**Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher o
Número da Prova!**



**instituto
aocp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas e uma Discursiva – Parecer Jurídico**, você receberá do fiscal de sala as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esses documentos devem ser devolvidos ao fiscal na saída, devidamente preenchidos e assinados.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 06 (seis) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação dos Cadernos de Questões e dos Gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto Aocp** no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

Conhecimento Gerais

Língua Portuguesa

O cuidado com a saúde mental na atualidade

Por FMUSP

O século XXI, junto a tantas novidades em diversos setores da sociedade, trouxe também um aumento significativo das doenças mentais – a depressão, por exemplo, é considerada o mal desse período. No Brasil, durante o primeiro ano da pandemia da covid-19, os casos de ansiedade e depressão aumentaram cerca de 25%. Dessa forma, a saúde mental se tornou tema corriqueiro na vida dos brasileiros. Se antes ela não estava entre as preocupações, hoje tem um protagonismo e é mais discutida abertamente. Em quatro anos, houve um aumento de 2,7 vezes na quantidade de pessoas que a consideram uma inquietude.

[...]

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a saúde mental não é só a ausência de doenças, mas, sim, o perfeito equilíbrio entre saúde física, mental, social e espiritual. Além de estar bem fisicamente, a pessoa precisa ter boas relações sociais e se entender como ser humano, por meio do autoconhecimento. Sendo assim, o fundamento da saúde mental se encontra em seus três pilares: o lado espiritual, físico e mental. Nesse sentido, há uma diferença entre ela e a saúde emocional, que está relacionada com o desequilíbrio momentâneo: “Você pode ser uma pessoa que não tem transtorno psiquiátrico, no entanto não está bem emocionalmente. Por exemplo, está em um processo de separação e está muito mexido e, com isso, não tem mecanismos internos para lidar no campo das emoções diante de um conflito. E aí adocece mentalmente naquele momento”, pontua o Coordenador da Pós-Graduação Multiprofissional em Saúde Mental e Psiquiatria do HCFMUSP, Dr. José Gilberto Prates, especialista em saúde mental e doutor em ciências da saúde.

[...]

Para que a saúde mental esteja sempre em dia, é preciso se conhecer e estabelecer alguns hábitos, como se alimentar bem, dormir o suficiente e ter relações sociais e afetivas de maneira saudável. Para os profissionais da saúde, que estiveram na linha de frente da covid-19 e tiveram de lidar com situações delicadas ao longo desse tempo, o cuidado é redobrado. Segundo o Dr. José Gilberto, a negligência com a saúde mental sempre existiu nessa classe, já que muitos trabalham em mais de dois ou três hospitais, o que prejudica os afazeres da vida pessoal, como praticar esportes, ler um livro e aproveitar a família. “Como cuidamos de outras pessoas, é necessário entender que precisamos cuidar da gente também. Tudo o que ajuda na qualidade de vida, ajuda na saúde mental”, afirma.

[...]

Hodiernamente, a sociedade passa por um período de vulnerabilidade no campo das emoções e no seu tempo de equilíbrio. Para que esse cenário comece a mudar, é importante que as pessoas comecem a adquirir hábitos saudáveis para uma melhor qualidade de vida. Com a quantidade de trabalho e uma vida mais frenética, não há autocuidado, nem atenção com o que está acontecendo ao redor, inclusive com a família. Resgatar a espiritualidade, até mesmo no campo religioso, faz com que a saúde mental fique protegida: “Quando eu vejo um jovem entrando em uma escola e praticando violência contra todo mundo... Eu acho que ele está muito freneticamente adoecido, e ninguém viu. Onde estamos falhando?”, pergunta Dr. José Gilberto.

É preciso se perguntar para onde a vida está caminhando e o que você está fazendo com ela. Algumas perguntas que o especialista sugere são: “Eu tenho conversado com meus amigos?”, “Eu dou atenção o suficiente?”, “Eu falo com minha família?”. O contato das relações é importante para que haja essa manutenção, de forma que você e o outro possam ser percebidos: “A professora de enfermagem Maria Júlia Paes da Silva tem um texto, que diz: ‘comunicação tem remédio’. Eu conversei com ela recentemente e falei: ‘professora, eu acho que comunicação é o remédio’”, finaliza.

[...]

Adaptado de: <https://hcxmusp.org.br/portal/online/saude-mental/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

1

Em relação ao texto, é correto afirmar que

- (A) a saúde mental representa a ausência de enfermidades, pois passa a funcionar como uma assimetria entre a saúde física e a espiritual.
- (B) há uma distinção entre a saúde mental e a emocional, esta última ligada a um desequilíbrio caracterizado como contínuo.
- (C) a sociedade enfrenta um período intenso de fragilidade no âmbito das emoções e das razões, além do seu tempo de equilíbrio.
- (D) devido a casos significativos de depressão, não há autocuidado nem atenção ao que acontece com pessoas em situação de vulnerabilidade.
- (E) a falta de atenção à saúde mental é uma constante entre os profissionais de saúde, fato que coopera com o abalo da vida pessoal.

2

Assinale a alternativa em que a frase “Eu acho que ele está muito freneticamente adoecido [...]” foi reescrita sem prejuízos a seu sentido original.

- (A) Penso que ele esteja deveras placidamente acamado.
- (B) Suponho que ele esteja deveras remansosamente fraco.
- (C) Acredito que ele esteja bastante embevecidamente apático.
- (D) Suponho que ele esteja bem compassadamente encamado.
- (E) Presumo que ele esteja deveras arrebatadamente enfermo.

3

A respeito da função textual das seguintes expressões em destaque e considerando suas intencionalidades, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Nesse sentido, há uma diferença entre [...]”, o propósito comunicativo se concentra em expor ao(à) leitor(a) uma noção causal concatenada a uma consequência.
- (B) Em “O século XXI, junto a tantas novidades [...]”, o propósito comunicativo se materializa na apresentação e complementação de uma informação contextual e histórica.
- (C) Em “[...] é considerada o mal desse período.”, o propósito comunicativo se concentra em uma noção anafórica, por sinalizar a retomada a um referente já mencionado no discurso.
- (D) Em “Hodiernamente, a sociedade passa por um período [...]”, o propósito comunicativo se pauta em indicar uma ação contínua, não finalizada no momento de sua enunciação.
- (E) Em “[...] e, com isso, não tem mecanismos internos [...]”, o propósito comunicativo se respalda em uma noção catafórica, por exprimir uma exemplificação na sequência.

4

Quanto aos seguintes conectivos em destaque, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Para que a saúde mental esteja sempre em dia [...]”, identifica-se uma finalidade, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “uma vez que”.
- (B) Em “Quando eu vejo um jovem entrando [...]”, identifica-se uma concessão, admitindo-se a substituição do termo em destaque por “no momento em que”.
- (C) Em “Segundo a Organização Mundial de Saúde [...]”, identifica-se uma conformidade, admitindo-se a substituição do termo em destaque por “ante a”.
- (D) Em “Dessa forma, a saúde mental se tornou tema [...]”, identifica-se uma conclusão, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “dessarte”.
- (E) Em “Por exemplo, está em um processo de separação [...]”, identifica-se uma comprovação, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “porventura”.

5

Em relação à função dos termos destacados, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] ao redor, inclusive com a família.”, o termo destacado desempenha função adverbial, por indicar uma ideia de adição.
- (B) Em “Onde estamos falhando? [...]”, o termo destacado desempenha função conjuntiva, por explicitar uma ideia de localização.
- (C) Em “[...] trouxe também um aumento significativo [...]”, o termo destacado desempenha função conjuntiva, por evidenciar uma ideia de exemplificação.
- (D) Em “[...] até mesmo no campo religioso [...]”, o termo destacado desempenha função pronominal, por reforçar uma informação.
- (E) Em “Como cuidamos de outras pessoas [...]”, o termo destacado desempenha função prepositiva, por manter uma conexão à palavra seguinte.

6

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita INCORRETA quanto à concordância de frases adaptadas do texto.

- (A) A maioria dos casos de ansiedade cresceram cerca de 25%.
- (B) As pessoas têm de adquirir, atualmente, hábitos saudáveis.
- (C) Houve aumentos na quantidade de pessoas depressivas.
- (D) Eu tenho conversado com bastante amigos e familiares.
- (E) Os profissionais de saúde precisam cuidar deles mesmos.

7

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita correta quanto à regência verbal de frases adaptadas do texto.

- (A) Quando os jovens adentram por uma escola com o objetivo de praticar violência.
- (B) Carecemos de cuidar dos profissionais da saúde.
- (C) Há profissionais da saúde que trabalham por mais de dois ou três hospitais.
- (D) O resgate à espiritualidade permite com que a saúde mental se proteja.
- (E) A sociedade é atravessada de um período vulnerável.

8

Em “[...] ‘comunicação tem remédio’ [...]”, as aspas simples foram empregadas com a função de

- (A) isolar a expressão para facilitar o seu entendimento.
- (B) denotar uma explicação para a compreensão do leitor.
- (C) enfatizar uma expressão proveniente de outro texto.
- (D) expressar o valor significativo da expressão na condição de síntese.
- (E) fazer sobressair uma expressão peculiar na língua portuguesa.

9

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Em “[...] que estiveram na linha de frente da covid-19 [...]”, o “que” constitui um reforço à palavra “estiveram” e assegura uma posição livre na oração.
- II. Em “A professora de enfermagem Maria Júlia Paes da Silva tem um texto, que diz [...]”, o “que” retoma o termo antecedente que exprime uma noção substantiva.
- III. Em “[...] de forma que você e o outro [...]”, o “que” coopera com a introdução de uma ideia subordinada adverbial final por indicar uma consequência em relação à frase anterior.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

10

Concernente à estrutura do texto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A menção a um doutor e à Organização Mundial da Saúde contribui, de maneira substancial, para fundamentar teoricamente a composição argumentativa do texto.
- () O texto, entendido como uma transmissão e construção de saberes por meio de uma exposição, recorre a dados teóricos sobre o conhecimento acerca do cuidado com a saúde mental.
- () O texto se constrói a partir de uma introdução, de um desenvolvimento e de uma conclusão, é uma composição argumentativa, por defender a ideia de que a atualidade cooperou com o aumento de doenças mentais.

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – V – F.

Informática

11

No editor de texto Microsoft Word 365 (em português), as funcionalidades estão organizadas em guias, as quais, por sua vez, dividem-se em grupos. Uma das guias dessa ferramenta é a “Inserir”, na qual se encontra o grupo “Texto”.

Assinale a alternativa que apresenta duas funcionalidades pertencentes ao grupo “Texto” dessa guia.

- (A) Folha de Rosto; Página em Branco.
- (B) Imagens; Formas.
- (C) Linha de Assinatura; Data e Hora.
- (D) Obter Suplementos; Wikipedia.
- (E) Indicador; Referência Cruzada.

12

Como Advogado da Paraná Previdência, você precisa acessar um processo no navegador Microsoft Edge (em português), rodando no sistema operacional Windows. Para garantir maior segurança e privacidade durante a navegação, você decide utilizar o modo de navegação como convidado, sem salvar dados de navegação.

Sabendo que é possível utilizar atalhos de teclado no Microsoft Edge para realizar diferentes ações, assinale a alternativa que apresenta corretamente o atalho de teclado que pode ser utilizado para entrar como um usuário diferente ou navegar como convidado.

(Obs.: O caractere “+” foi utilizado somente para interpretação.)

- (A) Ctrl + P
- (B) Ctrl + O
- (C) Ctrl + Shift + N
- (D) Ctrl + N
- (E) Ctrl + Shift + M

13

Um servidor que atua na área jurídica da Paraná Previdência precisa configurar rapidamente a reprodução automática de mídias, como pendrives e dispositivos externos a fim de acessar informações e documentos relacionados a processos de aposentadoria e pensões de forma eficiente. Ao conectar um dispositivo USB (Universal Serial Bus) contendo arquivos importantes, ele decide ajustar as preferências de reprodução automática para facilitar o acesso e a organização dos dados.

Sabendo que o Windows 11 organiza suas funcionalidades do Painel de Controle em grupos, ele busca a seção adequada para realizar a configuração da impressora. Nesse caso, qual grupo ele deve procurar a funcionalidade “Reprodução Automática”?

- (A) Rede e Internet.
- (B) Hardware e Sons.
- (C) Contas de Usuário.
- (D) Facilidade de Acesso.
- (E) Programas.

14

Malwares são softwares maliciosos criados que tem o objetivo de causar danos, explorar vulnerabilidades ou obter acesso não autorizado a sistemas, redes e dispositivos. Esses programas podem realizar diversas atividades prejudiciais, como roubo de informações, comprometimento de dados e controle remoto de dispositivos. O tipo específico de malware que é caracterizado pela exibição de anúncios indesejados e intrusivos, muitas vezes sem o consentimento do usuário, é denominado

- (A) Backdoor.
- (B) Keylogger.
- (C) Rootkit.
- (D) Adware.
- (E) Trojan.

15

A hierarquia de memória é organizada de forma a balancear dois fatores principais: rapidez de processamento e capacidade de armazenamento.

Sabendo disso, assinale a alternativa correta em relação aos dois fatores principais da hierarquia de memória para alguns tipos de memórias.

- (A) Os registradores possuem uma velocidade de processamento superior à de um disco rígido, no entanto os discos rígidos têm uma capacidade de armazenamento superior à dos registradores.
- (B) Os registradores possuem uma velocidade de processamento inferior à da memória principal, no entanto os registradores têm uma capacidade de armazenamento superior à da memória principal.
- (C) A memória cache possui uma velocidade de processamento inferior à de um SSD (Solid State Drive), da mesma forma, um SSD tem uma capacidade de armazenamento inferior à da memória cache.
- (D) A memória cache possui velocidade de processamento e capacidade de armazenamento inferiores às dos registradores.
- (E) A memória cache, os registradores, a memória principal e os SSDs possuem velocidades de processamento e capacidades de armazenamento iguais.

Conhecimentos Específicos

16

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego. Sobre as disposições aplicáveis ao contrato individual de trabalho, com base na CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Não existe vínculo empregatício entre entidades religiosas de qualquer denominação ou natureza, salvo quando se tratar de atividade ligada à administração da entidade.
- (B) Para fins de contratação, o empregador poderá exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.
- (C) O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando de: serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; atividades empresariais de caráter transitório; e contrato de experiência.
- (D) As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas, podendo elas renunciarem a qualquer direito.
- (E) Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume inexistente, uma vez que não materializada pelos interessados.

17

Com base nas disposições da CLT, a respeito do salário e da remuneração do empregado, assinale a alternativa correta.

- (A) Compreende-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, apenas o salário devido e pago diretamente pelo empregador.
- (B) As importâncias pagas a título de ajuda de custo, diárias para viagem, prêmios e abonos, ainda que habituais, não integram a remuneração do empregado.
- (C) A equiparação salarial é possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, sendo autorizada a indicação de paradigmas remotos.
- (D) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física atestada pelo órgão competente da Previdência Social poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial.
- (E) Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ou inferior ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente.

18

Marcos trabalha há três anos como auxiliar de serviços gerais na empresa de limpeza X, contratada irregularmente pela empresa Y. Marcos não recebeu os seus dois últimos salários e, em razão disso, entrou com uma ação trabalhista em face da empresa X e da empresa Y, a tomadora de serviços no período reclamado. Considerando as disposições da CLT sobre a solidariedade e a subsidiariedade, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa Y pode ser responsabilizada de forma subsidiária, caso a empresa X não efetue o pagamento das verbas.
- (B) A empresa Y pode ser responsabilizada de forma solidária, junto com a empresa X, na qualidade de tomadora de serviços.
- (C) A empresa Y não tem responsabilidade sobre as verbas de Marcos, pois a responsabilidade é exclusiva da empresa X.
- (D) A empresa Y não tem legitimidade para configurar no polo passivo da demanda, pois ela apenas terceiriza o serviço de Marcos.
- (E) A empresa Y deverá ser responsabilizada pelo pagamento das verbas, uma vez que é ela a tomadora de serviços.

19

Com base na Constituição Federal, são limitações do poder de tributar, EXCETO

- (A) cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (C) instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.
- (D) instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- (E) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços de profissionais liberais, como engenheiros, dentistas e advogados.

20

Maria é presidente de uma associação cultural sem fins lucrativos que oferece cursos profissionalizantes de forma gratuita aos jovens de determinada comunidade. Recentemente, Maria recebeu uma notificação da prefeitura informando a cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) referente ao imóvel onde a associação exerce as suas atividades. Diante desse contexto, considerando as disposições constitucionais sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A cobrança do IPTU está correta, pois a associação oferece cursos profissionalizantes, que não se enquadram na imunidade tributária prevista pela Constituição.
- (B) A cobrança do IPTU está correta, tendo em vista que a imunidade tributária se aplica apenas a entidades religiosas, não se estendendo a associações.
- (C) A cobrança do IPTU está incorreta, uma vez que a competência para a tributação de tal imposto é privativa dos estados, não dos municípios.
- (D) A cobrança do IPTU está incorreta, pois a associação goza de imunidade tributária, por ser uma instituição de educação e de assistência social sem fins lucrativos.
- (E) A cobrança do IPTU está incorreta, uma vez que a imunidade tributária é aplicável apenas aos imóveis pertencentes ao poder público e não a entidades privadas.

21

De acordo com o Código Civil, em relação à classificação de bens, assinale a alternativa correta.

- (A) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar naturalmente, mas não artificialmente.
- (B) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- (C) São fungíveis os móveis que não podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (D) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- (E) São pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso ou ao serviço de outro.

22

Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta sobre os defeitos do negócio jurídico.

- (A) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial.
- (B) São nulos os negócios jurídicos por dolo, quando este for a causa do negócio.
- (C) São anuláveis os negócios jurídicos por dolo, quando este for a causa do negócio.
- (D) São anuláveis os negócios jurídicos quando a coação decorrer de terceiros.
- (E) São nulos os negócios jurídicos quando firmados por alguém em estado de perigo.

23

Lucas contratou uma empresa especializada para realizar o paisagismo do jardim de sua casa. No momento da contratação, Lucas pactuou com a empresa que nenhuma árvore seria derrubada. Contudo, a empresa optou por remover três árvores do jardim de Lucas, por entender que seria melhor para a execução da obra. Diante desse contexto, com base no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Lucas pode exigir que a empresa suspenda a obra e repare os danos causados a ele.
- (B) Lucas pode exigir que a empresa suspenda a obra, mas não pode exigir que repare os danos causados.
- (C) Lucas não pode exigir que a empresa suspenda a obra, mas pode exigir que ela repare os danos causados.
- (D) Lucas não pode exigir que a empresa suspenda a obra nem que repare os danos causados.
- (E) Lucas não pode exigir que a empresa suspenda a obra, pois ela apenas removeu as árvores para executar a obra da melhor forma.

24

Segundo a Constituição Federal, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a

- (A) legalidade.
- (B) cidadania.
- (C) urbanidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) publicidade.

25

A Constituição Federal, em seu art. 37, determina alguns princípios que a Administração Pública deve obedecer. Com base nas disposições constitucionais, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um princípio a que a Administração Pública está submetida.

- (A) Princípio da impessoalidade.
- (B) Princípio da publicidade.
- (C) Princípio da legalidade.
- (D) Princípio da eficácia.
- (E) Princípio da moralidade.

26

A Constituição Federal determina que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base, entre outros, no seguinte objetivo:

- (A) uniformidade da cobertura e do atendimento.
- (B) indisponibilidade e equidade dos benefícios.
- (C) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (D) correção monetária do valor dos benefícios.
- (E) diversidade na forma de participação no custeio.

27

De acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre a previdência social é

- (A) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- (B) concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (C) privativa da União.
- (D) privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- (E) privativa dos Municípios.

28

De acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019, até que entre em vigor lei federal que discipline os benefícios do regime próprio de previdência social dos servidores da União, os servidores públicos federais serão aposentados voluntariamente, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- (A) 62 anos de idade se mulher, 65 anos de idade se homem; e 25 anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- (B) 60 anos de idade se mulher, 63 anos de idade se homem; e 25 anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- (C) 62 anos de idade se mulher, 65 anos de idade se homem; e 30 anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- (D) 62 anos de idade se mulher, 65 anos de idade se homem; e 20 anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- (E) 62 anos de idade se mulher, 65 anos de idade se homem; e 25 anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 15 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

29

A Emenda Constitucional nº 103/2019, mais conhecida como a Reforma da Previdência, traz algumas disposições acerca da cumulação de aposentadorias e pensões. Conforme a referida emenda,

- (A) é admitida a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro no âmbito do mesmo regime de previdência social.
- (B) é vedada a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social.
- (C) é admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social.
- (D) é vedada a acumulação de pensões decorrentes das atividades militares com aposentadoria concedida no âmbito do regime próprio de previdência social.
- (E) é vedada a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito de regime próprio de previdência social.

30

Luciana, servidora pública federal, se aposentou em 2024, depois de ter trabalhado no serviço público nos últimos 20 anos. Sua aposentadoria foi calculada com base em 100% da média de suas contribuições. Contudo, Luciana ficou sabendo que alguns servidores que trabalharam junto com ela se aposentaram com o valor equivalente ao seu último salário, além de terem direito de serem beneficiados com os reajustes recebidos pelos servidores na ativa. Sentindo-se prejudicada, Luciana decide entrar com uma ação judicial para garantir o direito à paridade e integralidade. Considerando que Luciana ingressou no serviço público em 2004, assinale a alternativa correta de acordo com a Emenda Constitucional nº 41/2003.

- (A) Luciana tem direito à paridade e integralidade, devido ao princípio da isonomia e à situação de desvantagem em que se encontra.
- (B) Luciana tem direito à paridade, mas não à integralidade, pois esta foi extinta com a Emenda Constitucional nº 41/2003.
- (C) Luciana tem direito à integralidade, mas não à paridade, pois esta foi extinta com a Emenda Constitucional nº 41/2003.
- (D) Luciana não tem direito à paridade e à integralidade, pois ingressou no serviço público após a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003, que extinguiu a paridade e a integralidade.
- (E) Luciana não tem direito à paridade e à integralidade, pois não pleiteou os benefícios quando deu entrada em seu requerimento de aposentadoria.

31

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), assinale a alternativa que apresenta uma hipótese na qual o tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ser realizado sem o consentimento do titular.

- (A) Quando for indispensável para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- (B) Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.
- (C) Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro.
- (D) Mediante a solicitação de terceiro interessado.
- (E) Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, não sendo necessária a anonimização dos dados.

32

Joana possui uma deficiência visual e, ao se inscrever em um concurso público, solicitou a adaptação de provas em formato acessível (em braile). A organizadora responsável pelo concurso, no entanto, informou que não poderia atender à solicitação de Joana, alegando que o prazo para a adaptação era curto e que o custo de impressão das provas em braile era elevado. Com base no caso narrado e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

- (A) A organizadora responsável pelo concurso não é obrigada a fornecer a adaptação, pois a solicitação de Joana foi feita em um prazo curto antes da aplicação das provas.
- (B) A organizadora responsável pelo concurso deve fornecer a adaptação solicitada para garantir a igualdade de Joana com os demais concorrentes.
- (C) A organizadora responsável pelo concurso pode negar a solicitação de Joana, pois as adaptações em processos seletivos são facultativas e dependem de orçamento da Administração Pública.
- (D) A organizadora responsável pelo concurso deve substituir as provas escritas por provas orais, uma vez que essa é a única forma de garantir a acessibilidade à Joana.
- (E) A organizadora responsável pelo concurso pode negar a solicitação de Joana se o custo de impressão das provas em braile ultrapassar o seu orçamento.

33

A Lei nº 9.717/1998 dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entre outras providências. Considerando a lei mencionada, assinale a alternativa que apresenta um dos critérios a serem seguidos pelos regimes próprios.

- (A) Realização de avaliação atuarial semestral e em cada balanço utilizando-se parâmetros legais para a organização e revisão do plano de custeio.
- (B) Financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar para os seus respectivos regimes.
- (C) Cobertura de um número máximo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios.
- (D) Registro contábil unificado das contribuições dos servidores e dos entes estatais, conforme diretrizes legais.
- (E) Inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança e do abono de permanência.

34

Em relação às disposições constitucionais acerca da Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) é garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.
- (B) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
- (C) é autorizada a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (D) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica.
- (E) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

35

Considerando as disposições contidas na Constituição Federal sobre os servidores públicos, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese na qual o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado.

- (A) Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 60 anos de idade, ou aos 65 anos de idade, na forma de lei complementar.
- (B) Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.
- (C) No âmbito da União, aos 60 anos de idade, se mulher, e aos 63 anos de idade, se homem.
- (D) No âmbito da União, aos 63 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem.
- (E) No âmbito da União, aos 65 anos de idade, se mulher, e aos 67 anos de idade, se homem.

36

Saulo é servidor público efetivo há 35 anos e, ao completar a idade mínima para se aposentar voluntariamente, realizou a devida solicitação para tal, conforme previsto no regime próprio de previdência de que faz parte. No entanto, o órgão responsável pela concessão da aposentadoria negou o benefício a Saulo, sem qualquer fundamento, apesar de cumpridos todos os requisitos para a concessão da aposentadoria. Saulo tentou várias vezes descobrir o motivo do indeferimento de sua aposentadoria, mas não obteve retorno. Assim, Saulo decide impetrar um mandado de segurança para garantir a concessão de sua aposentadoria, uma vez que considera não haver fundamento legal para o indeferimento. Tendo em vista esse contexto, conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Saulo não pode impetrar mandado de segurança, pois a questão relativa à aposentadoria deve ser resolvida por via administrativa.
- (B) Saulo não pode impetrar mandado de segurança, pois a ação constitucional adequada é a de mandado de injunção, para garantir o exercício de seu direito.
- (C) Saulo não pode impetrar mandado de segurança, pois contra a decisão de indeferimento cabe recurso, e o mandado de segurança só pode ser impetrado após o esgotamento da via administrativa.
- (D) Saulo não pode impetrar mandado de segurança, pois a aposentadoria de servidor público depende de uma decisão da administração, que é discricionária.
- (E) Saulo pode impetrar mandado de segurança, pois ele tem direito líquido e certo à aposentadoria, e a administração não pode indeferir o seu requerimento sem justificativa legal.

37

Sobre as ações constitucionais, remédios judiciais que permitem o combate a ações ou omissões capazes de ferir os direitos fundamentais dos cidadãos, assinale a alternativa correta.

- (A) O habeas corpus é cabível quando alguém, por ilegalidade ou abuso de poder, sofrer efetiva violência ou coação em sua liberdade de locomoção, excluindo-se ameaça a tal direito.
- (B) O mandado de segurança é cabível para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou mandado de injunção, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
- (C) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos três anos, em defesa dos interesses de seus membros.
- (D) O habeas data é cabível para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- (E) O mandado de injunção é cabível sempre que a norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

38

Sobre a organização dos poderes, disposta na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de oito anos, sendo que cada Senador será eleito com três suplentes.
- (B) Cabe ao Congresso Nacional, com ou sem a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.
- (C) Cabe privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- (D) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante lei específica, sobre extinção de funções ou cargos públicos.
- (E) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de treze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 70 anos de idade.

39

O Código de Ética e Conduta da PARANAPREVIDÊNCIA tem o objetivo de consolidar e comunicar o compromisso da instituição com os princípios e regras fundamentais. Com base no referido código, assinale a alternativa que apresenta uma das condutas recomendadas pela PARANAPREVIDÊNCIA.

- (A) Cumprir as normativas, procedimentos, práticas internas, contratos, acordos e convênios em consonância com a legislação e contribuindo para sua atualização e melhoria.
- (B) Desempenhar atividades e assumir compromissos em nome da PARANAPREVIDÊNCIA sempre que necessário, observando a conformidade com a legislação.
- (C) Realizar a aquisição de bens e contratação de serviços como bem desejar, respeitando as disponibilidades orçamentárias e as necessidades da instituição.
- (D) Auxiliar no controle de acesso às instalações da instituição, facilitando a entrada de funcionários, contribuintes e dependentes da PARANAPREVIDÊNCIA.
- (E) Cooperar para, em equipe, criar um ambiente harmonioso e produtivo entre os colaboradores da instituição.

40

O prefeito de determinado município deseja criar uma autarquia para gerir o saneamento básico na região. De acordo com os planos do prefeito, tal autarquia será criada por meio de um ato administrativo e terá autonomia financeira e administrativa. Diante desse contexto, com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O prefeito não poderá criar a autarquia, tendo em vista que essa é uma competência privativa do governador do Estado.
- (B) O prefeito poderá criar a autarquia, mas ela não poderá ter autonomia financeira e administrativa.
- (C) O prefeito poderá criar a autarquia, mas ela deve ser criada por meio de uma lei específica, e não por mero ato administrativo.
- (D) O prefeito não poderá criar a autarquia, tendo em vista que essa é uma competência privativa da Câmara de Vereadores do município.
- (E) O prefeito poderá criar a autarquia nos termos apresentados, sem ressalvas.

41

A Lei nº 13.848/2019 dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras. A respeito das agências reguladoras, de acordo com essa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle externo das agências reguladoras será exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) A agência reguladora deverá elaborar relatório semestral circunstanciado de suas atividades, na qual destacará o cumprimento da política do setor.
- (C) A agência reguladora deverá implementar, em cada semestre, plano de comunicação voltado à divulgação, com caráter informativo de suas atividades.
- (D) Haverá, em cada agência reguladora, três ouvidores, que atuarão sem subordinação hierárquica e exercerão suas atribuições sem acumulação com outras funções.
- (E) O plano de gestão quadrienal, alinhado às diretrizes estabelecidas no plano estratégico, será o instrumento do planejamento consolidado da agência reguladora.

42

Ato administrativo é a declaração do Estado, ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário. Sobre a classificação dos atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) atos discricionários são aqueles que a Administração pode praticar com total liberdade de escolha.
- (B) atos vinculados são os que a Administração pratica sem margem alguma de liberdade de decisão.
- (C) os atos gerais, caracterizados por não possuírem destinatários determinados, são vinculados quanto ao seu conteúdo.
- (D) o ato administrativo individual é aquele que deve ter um único destinatário, por exemplo, a exoneração.
- (E) o ato administrativo simples é aquele que decorre de uma ou várias manifestações de vontades de um único órgão.

43

No tocante ao processo licitatório, previsto na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) No processo licitatório, via de regra, é exigido o reconhecimento de firma dos documentos.
- (B) No processo licitatório, os atos serão preferencialmente físicos.
- (C) Os atos praticados no processo licitatório são sigilosos, ressalvadas as hipóteses de publicidade previstas em lei.
- (D) O autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, não poderá disputar licitação quando esta versar sobre obra a ele relacionada.
- (E) Salvo autorização devidamente justificada, pessoa jurídica não poderá participar de licitação em consórcio.

44

Quanto às normas fundamentais do processo civil, previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos podem ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.
- (B) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o advogado atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana.
- (C) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, salvo nos casos de tutela provisória de urgência e tutela de evidência.
- (D) O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, especialmente em se tratando de matéria sobre a qual possa decidir de ofício.
- (E) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, salvo nos casos em que for decretado o segredo de justiça.

45

Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta em relação à competência.

- (A) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- (B) Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é competente o foro do local de falecimento.
- (C) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de domicílio do autor.
- (D) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de seu domicílio.
- (E) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.

46

Ana ajuizou uma ação de reparação de danos contra João, alegando que o carro dela foi danificado em um acidente de trânsito, causado por imprudência de João. Durante o processo, João apresentou defesa alegando que quem deveria arcar com os custos de reparação dos danos era a sua seguradora. Diante desse cenário, com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa que apresenta a figura processual adequada que deve ser adotada por João para a inclusão de sua seguradora no processo.

- (A) A seguradora pode intervir no processo por meio de denúncia da lide.
- (B) A seguradora pode intervir no processo por meio de assistência simples.
- (C) A seguradora pode intervir no processo por meio de assistência litisconsorcial.
- (D) A seguradora pode intervir no processo por meio de *amicus curiae*.
- (E) A seguradora não pode intervir no processo.

47

Em relação às disposições previstas no Código de Processo Civil acerca da Advocacia Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios gozarão de prazo em triplo para todas as suas manifestações processuais.
- (B) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- (C) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- (D) O membro da Advocacia Pública será civil e penalmente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- (E) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

48

José, um idoso de 70 anos, não aposentado, que não contribui para qualquer regime de previdência social, tem enfrentado dificuldades financeiras após o falecimento de sua esposa, estando em condições de miserabilidade. Em razão disso, ele deseja saber se possui direito a algum benefício assistencial. Com base no exposto e no Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa correta.

- (A) José não possui direito a qualquer benefício, uma vez que não contribuiu para qualquer regime de previdência social.
- (B) José possui direito ao auxílio por incapacidade temporária, que pode ser requerido junto ao INSS.
- (C) José possui direito ao benefício de prestação continuada, no valor mensal de um salário mínimo.
- (D) José não possui direito ao benefício de prestação continuada, uma vez que a idade mínima para a concessão do benefício é de 75 anos.
- (E) José possui direito ao benefício de prestação continuada, que terá o valor da média de suas contribuições previdenciárias.

49

O controle de constitucionalidade pode ser definido como um mecanismo de correção presente em determinado ordenamento jurídico, consistindo em um sistema de verificação da conformidade de um ato em relação à Constituição. A respeito do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que

- (A) a ação direta de inconstitucionalidade tem por objeto lei ou ato normativo federal, estadual, distrital ou municipal, e pode ser proposta perante qualquer juízo ou tribunal.
- (B) a ação declaratória de constitucionalidade tem por objeto lei ou ato normativo federal, sendo do STF a competência para o processamento e o julgamento da ação originária.
- (C) a arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser proposta perante qualquer juízo ou tribunal, sendo possível a concessão de medida cautelar.
- (D) a ação direta de inconstitucionalidade por omissão é de competência originária do STF, não sendo possível a concessão de medida cautelar.
- (E) a ação declaratória de constitucionalidade é de competência originária do STJ, não sendo possível a concessão de medida cautelar.

50

Caio, professor há trinta anos, solicitou junto ao regime de previdência social ao qual está vinculado a concessão de sua aposentadoria especial. Contudo, ao receber a sua carta de concessão, notou que não foi computado o seu tempo de serviço anterior ao seu ingresso no magistério. Indignado, Caio procurou saber se a contagem de seu tempo de serviço realizada pelo regime de previdência social está correta e descobriu que

- (A) a contagem está correta, uma vez que, para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula.
- (B) a contagem está correta, uma vez que Caio não pediu de forma explícita o cômputo de seu tempo de serviço anterior ao seu ingresso no magistério.
- (C) a contagem está incorreta, pois, para a concessão de aposentadoria especial, deve ser computado todo o tempo de serviço do segurado.
- (D) a contagem está incorreta, tendo em vista que, para a aposentadoria especial, deve ser computado todo o período trabalhado, com o acréscimo do fator de 1,4 ao tempo de serviço do segurado.
- (E) a contagem está incorreta, desde que o período trabalhado em atividade comum seja anterior a 2001, razão pela qual Caio pode apresentar recurso administrativo ou pleitear a revisão do benefício na via judicial.

51

A Lei nº 4.717/1965 regula a ação popular, o meio processual cabível a qualquer cidadão que desejar questionar judicialmente a validade de atos administrativos que considerem lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Acerca da ação popular, de acordo com a lei mencionada, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao despachar a inicial, o juiz ordenará, além da citação dos réus, a citação do representante do Ministério Público.
- (B) Na defesa do meio ambiente, caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.
- (C) O prazo de contestação é de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 20, se for particularmente difícil a produção de prova documental.
- (D) A sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 10 dias.
- (E) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do triplo das custas.

52

Julia, após ser aprovada em concurso público, foi nomeada para o cargo de analista administrativo. Após a nomeação, Julia comparece ao local de trabalho para a posse, mas, ao realizar os exames médicos exigidos, é constatada a sua inaptidão física para o cargo. Assim, a Administração Pública decide, com base no laudo médico, não dar continuidade ao processo de posse. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) Julia pode ser exonerada a qualquer momento, independentemente de avaliação médica, pois a Administração Pública tem liberdade de decisão.
- (B) a decisão da Administração Pública de não dar a posse à Julia está correta, pois a aptidão física é requisito essencial para a posse.
- (C) a Administração Pública deve, obrigatoriamente, conceder a posse à Julia, independentemente do seu estado de saúde.
- (D) a Administração Pública não pode não dar continuidade ao processo de posse, uma vez que Julia já foi aprovada no concurso e nomeada.
- (E) Julia pode ser convocada para uma nova posse, caso presente, em até 30 dias, laudo médico que ateste sua capacidade para o exercício das funções.

53

O contrato administrativo é uma espécie do gênero contrato e tem como nota distintiva o fato de a Administração figurar em um dos polos como poder público. Sobre o contrato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O instrumento de contrato é dispensado nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades.
- (B) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, podendo ser majorada para até 20% (vinte por cento).
- (C) A garantia prestada pelo contratante será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.
- (D) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento.
- (E) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração a prerrogativa de aditá-los unilateralmente sempre que necessário.

54

Isabel foi surpreendida pela queda de uma árvore que atingiu sua residência em razão de um temporal, causando danos ao telhado da casa. A árvore, localizada em espaço público, já apresentava sinais de risco, e os moradores do bairro já haviam solicitado a sua remoção, no entanto a prefeitura não tomou qualquer providência. Considerando o exposto e a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado poderá ser responsabilizado pelos danos causados à Isabel, uma vez que a sua omissão concorreu para o resultado lesivo.
- (B) O Estado não poderá ser responsabilizado pelos danos causados à Isabel, uma vez que o evento foi imprevisível.
- (C) O Estado poderá ser responsabilizado se ficar comprovado que houve dolo ou culpa dos seus agentes na ocorrência do acidente.
- (D) O Estado não poderá ser responsabilizado pelos danos, tendo em vista que Isabel poderia ter removido a árvore.
- (E) O Estado não poderá ser responsabilizado, já que não houve dolo ou culpa por parte seus agentes na ocorrência do acidente.

55

Luís é um jovem professor do ensino médio da rede estadual de educação no Paraná desde 2021 e, por curiosidade, deseja saber quando poderá se aposentar como professor de forma voluntária. Diante disso, Luís procura um advogado da PARANAPREVIDÊNCIA, que o informa corretamente que

- (A) ele poderá se aposentar aos 65 anos de idade, desde que tenha, no mínimo, 25 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício nas funções de magistério, sendo, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (B) ele poderá se aposentar aos 65 anos de idade, desde que tenha, no mínimo, 20 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício nas funções de magistério, sendo, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (C) ele poderá se aposentar aos 60 anos de idade, desde que tenha, no mínimo, 25 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício nas funções de magistério, sendo, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (D) ele poderá se aposentar aos 70 anos de idade, desde que tenha, no mínimo, 25 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício nas funções de magistério, sendo, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (E) ele poderá se aposentar aos 65 anos de idade, desde que tenha, no mínimo, 30 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício nas funções de magistério, sendo, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

56

A Lei Complementar Estadual nº 233/2021 traz disposições acerca do Regime Próprio de Previdência Social no Estado do Paraná. Entre as modalidades de aposentadoria, a lei prevê a aposentadoria especial, destinada a determinados grupos de servidores. Com base na referida lei, assinale a alternativa que apresenta os requisitos para a concessão de aposentadoria especial a um agente penitenciário.

- (A) 50 anos de idade, 20 anos de contribuição e 15 anos de efetivo exercício no cargo, para ambos os sexos.
- (B) 60 anos de idade se homem e 57 anos de idade se mulher, 30 anos de contribuição e 25 anos de efetivo exercício no cargo.
- (C) 65 anos de idade se homem e 62 anos de idade se mulher, 30 anos de contribuição e 25 anos de efetivo exercício no cargo.
- (D) 55 anos de idade, 30 anos de contribuição e 25 anos de efetivo exercício no cargo, para ambos os sexos.
- (E) 62 anos de idade se homem e 60 anos de idade se mulher, 30 anos de contribuição e 25 anos de efetivo exercício no cargo.

57

Com base na Lei Complementar Estadual nº 233/2021, são dependentes dos segurados:

- (A) o cônjuge ou convivente, na constância do relacionamento; o filho menor de 21 anos, ou inválido ou que tenha deficiência grave/intelectual/mental; os pais.
- (B) o cônjuge ou convivente, na constância do relacionamento; o cônjuge divorciado ou separado que recebe pensão alimentícia estabelecida judicialmente; o filho menor de 21 anos, ou inválido ou que tenha deficiência grave/intelectual/mental.
- (C) o cônjuge ou convivente, na constância do relacionamento, divorciado ou separado; os pais; o filho menor de 21 anos, ou inválido ou que tenha deficiência grave/intelectual/mental.
- (D) o cônjuge ou convivente, na constância do relacionamento, divorciado ou separado; o filho menor de 21 anos, ou inválido ou que tenha deficiência grave/intelectual/mental.
- (E) o filho menor de 21 anos, ou inválido ou que tenha deficiência grave/intelectual/mental; os pais.

58

Sobre a tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente, prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Concedida a tutela antecipada, o autor deverá aditar a petição inicial em dez dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito.
- (B) Na petição inicial que se limitar ao requerimento da tutela antecipada, não é necessária a indicação de valor da causa.
- (C) A tutela antecipada em caráter antecedente torna-se estável se contra a decisão que a conceder não for interposto recurso.
- (D) O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada em caráter antecedente extingue-se após três anos da extinção do processo.
- (E) A decisão que concede a tutela antecipada em caráter antecedente fará coisa julgada e sua estabilidade só será afastada por ação rescisória.

59

Conforme o Código de Processo Civil, a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando

- (A) se verificar que foi proferida por força de prevaricação do juiz.
- (B) for proferida por juiz relativamente incompetente.
- (C) for fundada em prova falsa, mesmo que a falsidade não tenha sido comprovada.
- (D) juntar o autor prova que possuía e que seja capaz de modificar o convencimento do juiz.
- (E) sobrevier disposição legal mais benéfica à parte vencida.

60

Após a decisão de um relator, que negou provimento a um recurso interposto por Pedro, este decidiu interpor agravo interno para o órgão colegiado. Com base na situação apresentada e no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O agravo interno é cabível apenas contra decisões do colegiado, não sendo aplicável para decisões monocráticas de relatores.
- (B) O agravo interno será dirigido ao órgão colegiado, que intimará o agravado para se manifestar em dez dias.
- (C) O agravo interno será dirigido ao órgão colegiado, sendo facultada a intimação do agravado para se manifestar.
- (D) O agravo interno, se declarado manifestamente inadmissível em votação unânime, condenará o agravante a pagar ao agravado multa.
- (E) O relator poderá limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

Instruções

A Prova Discursiva – Parecer Jurídico – será avaliada considerando-se os aspectos presentes em edital:

1. Conhecimento técnico jurídico sobre a matéria.
2. Sistematização lógica.
3. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) e estará automaticamente eliminado do concurso público se:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar os textos redigidos nas Folhas de Versão Definitiva ou entregá-las em branco, ou desenvolver os textos com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de, no máximo, 100 (cem) linhas para elaborar o Parecer Jurídico. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida para elaboração.

A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

As Folhas da Versão Definitiva não poderão ser assinadas, rubricadas ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.

O candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atentar-se apenas para as informações contidas na Prova Discursiva para sua realização.

Quando da realização **do Parecer Jurídico, caso seja necessária assinatura, o candidato deverá utilizar apenas o termo “Advogado”**. Ao texto que contenha assinatura de identificação será atribuída nota 0 (zero), por se tratar de identificação do candidato em local indevido.

Discursiva: Parecer Jurídico

1

João, atualmente com 57 anos, é servidor público efetivo do Estado do Paraná, ocupando o cargo de técnico administrativo há 30 anos. Ele ingressou no serviço público em dezembro de 1994, sob o regime estatutário e nunca verteu contribuições ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), tendo sempre contribuído para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado. Ele deseja planejar sua aposentadoria voluntária e, em dezembro de 2024, consultou o órgão previdenciário estadual para entender suas opções.

Você, como advogado da PARANAPREVIDÊNCIA, analise a situação de João e elabore um parecer contendo:

1. os requisitos das regras de transição para servidores que ingressaram no serviço público em cargo efetivo antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional do Estado do Paraná nº 45/2019 e que são aplicáveis ao caso de João;
2. o ano em que João cumprirá os requisitos de cada regra de transição;
3. a forma de cálculo do benefício de João em cada regra de transição, incluindo o impacto do direito à integralidade em seu benefício.

Instruções:

- Apresente sua resposta de forma clara e estruturada, fundamentando-se na legislação vigente e nos princípios do regime previdenciário.
- O parecer deve levar em consideração a data da consulta de João ao órgão, ou seja, dezembro de 2024.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100
